

CINEMA DE CALÇADA: Diversão, arte e democracia

Susana Gastal*

Quem matou o cinema de calçada???

A pergunta, de tão repetida, merece a tripla interrogação ao final da frase. Se o questionamento é repetitivo, a resposta, em geral, também carece de criatividade: o “assassino” mais lembrado é a pobre televisão, e não se cogita da veracidade ou não de tal assertiva. Então, poderíamos começar questionando: se televisão matou as salas de cinema de calçada, por que, curiosamente, poupou as salas que foram renascendo em *shoppings* e centros culturais? O pesquisador curioso poderia partir da hipótese que a televisão teria sido um assassino duplamente pernicioso: primeiro, por “matar” as salas isoladas; segundo, por poupar, do *serial murder*, os espaços mais elitizados. Outros pesquisadores, mais preocupados com a inovação na pesquisa, poderiam sugerir como hipótese que as novas salas teriam desenvolvido anticorpos poderosos, a defendê-las do inimigo mortal e, aí, nos anticorpos, estaria o foco da investigação. De certa maneira, as duas hipóteses estão corretas; as salas, ditas “de calçada”, sucumbiram, enquanto o Cinema vai muito bem, obrigado, em outros formatos de exibição, aos quais soube se adequar, conforme a História nos relata.

O cinema fez cem anos em 1995. Festejamos a juventude e a longevidade de uma expressão artística que se constituiu em linguagem própria e se renovou tecnologicamente ao longo do século. As salas de cinema são fenômeno um pouco mais recente. Se a invenção do cinematógrafo permitiu pôr as imagens em movimento, as primeiras projeções eram realizadas onde houvesse público. Lá na

passagem do século 19 para o século 20, o público estava nas grandes feiras industriais e comerciais realizadas na Europa, mas também naquelas realizadas nas Américas (e até aqui, em Porto Alegre, a feira de 1901, segundo Jesus Pfeil, teve presença do novo invento). Mas o público também estava nas festas religiosas, nos teatros de variedades, nos circos, nos cafés. Em todos estes locais, o cinematógrafo fez-se presente, assustando, emocionando, surpreendendo.

O cinematógrafo era um aparelho interessante porque, além de permitir a projeção, a exemplo das câmeras de vídeo de hoje, também possibilitava capturar imagens. Os primeiros “empresários” do ramo iam de cidade em cidade, aparelho a tira colo, apresentando seus espetáculos, mas já produzindo as imagens que seriam projetadas mais adiante. O cinema destes primeiros momentos viveu das cenas inusitadas: a mulher barbada, o bezerro de sete cabeças... Se o bizarro esteve numa vertente das cenas no celulóide, na outra ponta estava o registro em películas curtas, de desfiles militares, da viagem das autoridades, de cenas de guerra, da apresentação de obras de arte, da procissão.

Criar espaços específicos para exibição foi tarefa que exigiu tecnologia não só para qualificar a projeção das imagens – lá nos primórdios, a imagem tremia muito, porque o aparelho também trepidava –, mas também para resolver problemas arquitetônicos. Para começar, era necessária energia elétrica, vinda da rede pública ou produzida por um gerador, ainda não muito populares numa

época de velas e lampiões à gás. Depois, o espaço de exibição deveria estar completamente escurecido, o que significava eliminar as janelas. Sem janelas, como ventilar as salas? O problema, hoje, tem excelentes soluções técnicas, aprimoradas décadas após décadas. Na época, era mais conveniente ficar ao ar livre, sob a luz das estrelas. Em Porto Alegre, se o cinematógrafo chegou em 1896 – um ano após a sua apresentação ao mundo, em Paris – a primeira sala, o Recreio Ideal, só abrirá suas portas para a Rua da Praia em 1908, doze anos depois.

Definitivamente instalado nas salas a partir dos anos dez, na cidade o cinema irá ampliando a multidão de apaixonados sentados frente às telas. Para abrigá-los, as salas são cada vez maiores: mil, dois mil, três mil lugares e até mais, nas grandes cidades americanas. Para agradar ao seu público, a tecnologia avança: primeiro o som, depois a cor, seguidos pela sofisticação do som, e pela sofisticação da imagem, fruto de equipamentos cada vez mais complexos e, por óbvio, mais caros. O ápice se dá, aqui, nos anos 1940/1950. Os anos 60 introduzem a “crise”.

Crise, aliás, que logo demonstrou ser das salas, e não do Cinema enquanto a arte de contar histórias com imagens, palavras e sons. A crise das salas foi sendo gerada justamente pelo que estava na sua gênese: a tecnologia. Se foi ela a permitir o movimento das imagens, que a fotografia congelara, o seu aprimoramento marcou os ciclos de ascensão e queda das salas. O primeiro destes ciclos envolveria a substituição do cinematógrafo, equipamento relativamente fácil de construir, dando uma liberdade empresarial quase romântica aos seus possuidores. Os equipamentos que se seguiram ao cinematógrafo seriam cada vez mais sofisticados. Além de separar a projeção da tomada das imagens – antes concentrada na mesma máquina – a construção destes equipamentos, outrora ao alcance de um técnico habilidoso, passou a depender de tecnologias importadas.

As salas exibidoras fixas tiveram que resolver problemas como a qualidade da imagem e do som, e a refrigeração de espaços, hermeticamente fechados para impedir a entrada da luz, para um público que, após a Segunda Guerra, estava cada vez mais exigente em termos de consumo cultural. O cinema falado tornara-se uma faca de dois gumes, fora dos países produtores: ao deslumbramento pela nova técnica, seguiu-se o distanciamento criado por falas em línguas esquisitas e em legendas, escritas, num Brasil de analfabetos. Não seria incorreto dizer que, neste momento, o cinema começa a deixar de ser «popular», ao não concretizar, na oralidade, a comunicação direta que o caracterizava.

As tecnologias seguintes – cor e telas cada vez maiores – foram acompanhadas de pesquisas fílmicas no sentido de concretizar o cinema enquanto a arte da imagem por excelência. A produção nacional, com cara de Brasil e falando português, que deveria reconquistar as platéias, enfrentaria o poder econômico das grandes produções do mercado americano e a dificuldade em conseguir espaços de exibição.

A partir dos anos cinquenta, a sofisticação dos equipamentos torna sua aquisição pelos exibidores em transações financeiras vultosas e nem sempre ao alcance do caixa dos empresários locais. Há, também, o avanço capitalista dos estúdios – que chegaram a ser chamados de «fábricas» –, que vão sistematicamente aumentando o valor do aluguel das fitas: 10%, 20%, 30%... para chegar aos 60% ou até 70% dos dias atuais. A diversão incosequente e barata viu o preço dos ingressos ficar, proporcionalmente, cada vez maior.

Lembram a época em que o namoradinho podia pagar o ingresso da amada e do respectivo «chá-de-pera»? Hoje, por mais cavalheiro que o rapaz procure ser, cada um paga seu ingresso. Por sorte, os

«chás-de-pera» foram dispensados...

Diversão cara na produção e consumo, o mercado realizou uma “reengenharia” espontânea – ou nem tanto. Foram-se as grandes salas, morreram os cinemas de calçada, abatidos não pela televisão – até hoje a grande vilã –, mas pelas circunstâncias do mercado capitalista em constante mutação (do qual, claro, a televisão faz parte, mas não é elemento único ou central). O Cinema sobreviveu em outros espaços e formatos.

Alguns destes espaços são as salas do *shopping*, cujos proprietários são em parte os mesmos grupos empresariais que, antes, eram donos das salas de calçada. A novidade são as redes multinacionais de exibição. Se antes o pequeno empresário foi alijado do mercado – mas isso já lá nos anos 30 –, agora os empresários de porte médio é que estão sendo ameaçados. As salas segmentaram-se: há os cinemas de arte, para um público intelectualizado, e as salas ditas comerciais, para os filmes de aventura, violência (gratuita?) e romance, sem maiores sofisticadas de enredo. Foram-se as salas para multidões, mortas menos pela televisão, e mais pelo fala em inglês, pelo preço do ingresso, e pelo grau de decadência que a maioria dos espaços isolados alcançou nos anos de 1960/1970: projeções fora de foco e escuras, cópias

em péssimo estado, som inaudível, cadeiras (ainda) de madeira, cheiro de mofo, ar-condicionado permanentemente “em reparo”, ratos (os de quatro patas) passeando tranqüilamente na platéia. No Brasil, não devemos esquecer, ainda, os estragos que a Censura Federal fez no período. Quanto piores as salas, menos público. Quanto menos público, piores as salas. A televisão? Foi a gota d’água, na crônica de uma morte anunciada.

As novas salas vieram, sim, com antídotos. Este antídoto são os espaços menores, muita qualidade na projeção, e conforto ambiental. E a velha sabedoria dos exibidores: ir onde o público está. Se hoje ele está nos *shoppings*, é lá que os projetores serão instalados. Se o público vier a migrar, os exibidores migrarão com ele. *Business...* As salas de calçada, se não fossem fechadas pelos próprios empresários, o seriam pelo setor de obras das prefeituras. Fica a nostalgia de um outro tempo, quando não apenas o cinema, mas muitas outras facetas da vida eram populares, as pessoas de todas as classes conviviam se não nos mesmos espaços, em espaços mais próximos. Condomínios, cercas, guardas, *shoppings*, tv por assinatura, demarcam o espaço contemporâneo. As salas de calçada foram as vítimas mais óbvias, mas não as únicas. As mudanças ocasionaram muitos outros estragos.

* *Jornalista, professora da Famecos/PUCRS e autora de Salas de cinema: cenários porto-alegrense.*